

CARTOGRAFIAS DOS DESEJOS E DIREITOS:

QUEM SÃO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, AFINAL?

SUMÁRIO EXECUTIVO

Pesquisa-ação: Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na Cidade do Salvador

Marcos Antonio Candido Carvalho
Juliana Prates Santana
Maria Lúcia Santos Pereira
Lucas Vezedek

Projeto Axé
Novembro de 2017





Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à
Criança e ao Adolescente

CESARE DE FLORIO LA ROCCA
FUNDADOR/PRESIDENTE DO PROJETO AXÉ

HELMUT SCHNED
COORDENADOR GERAL DO PROJETO AXÉ

MARCOS ANTONIO CANDIDO CARVALHO
COORDENAÇÃO GERAL
PROJETO AXÉ

JULIANA PRATES SANTANA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ANGELA GONÇALVES
COORDENAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
PROJETO AXÉ

MARIA LÚCIA SANTOS PEREIRA
COORDENAÇÃO DE JOVENS E FAMÍLIAS
MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA

LUCAS VEZEDEK
ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO / APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

GIOVANA OLIVEIRA SILVA
HELDER PAULO ZACHARIAS
CONSULTORIA ESTATÍSTICA
INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA – UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA

REALIZAÇÃO:



FINANCIAMENTO:



Sumário Executivo

01. Este documento apresenta de forma **sumarizada** os principais aspectos da **“Pesquisa-ação: Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador”**. A pesquisa teve por **objetivo** descrever a população em situação de rua na cidade de Salvador, caracterizando todos os segmentos geracionais (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos). Esta caracterização enfocou aspectos sócio demográficos, trajetórias e modos de vinculação/conexão com a rua, condições de saúde, habitação/moradia, educação, trabalho, acesso a instituições de atendimento pertencentes ao Sistema de Garantia de Direitos (SGD), e conseqüentemente as violações de direitos a que esta população está submetida.

02. A pesquisa foi realizada entre janeiro e novembro de 2017, a partir de uma amostra estratificada obtida em decorrência do processo da pesquisa **“Cartografias dos desejos e dos direitos: Mapeamento e contagem da população em situação de rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil”** realizada pelo Projeto Axé, Universidade Federal da Bahia e Movimento Nacional da População de Rua. Esta utilizou um método observacional, para realizar a contagem das pessoas em situação de rua no período de 22 a 28 de agosto de 2016, e a **estratégia de captura e recaptura**² para estimar o número total da população. Tal método estatístico tem sido utilizado para estimar populações com características similares à da população em situação de rua, como a dificuldade de acesso e alta mobilidade. Um princípio fundamental para a adoção deste método é o controle de repetição que no caso da pesquisa se deu: pela permanência dos pesquisadores ao longo da semana nos mesmos roteiros e turnos estabelecidos; pela organização dos setores e conseqüentemente no controle do tempo e espaço,

¹ Ver Carvalho, M. A. C., Santana, J. P. & Vezedek, L. (2017). *Sumário Executivo da Pesquisa Cartografias dos Desejos e dos Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil*. Projeto Axé.

² Gold, S. J., Wibert, W. N., Bondartsova, V., Biroscak, B. J., & Post, L. A. (2015). A Capture–Recapture Approach to Estimation of Refugee Populations. *International Migration*, 53(5), 3-25.

uma vez que as observações começaram simultaneamente no mesmo horário e eram organizados de forma a prevenir a mobilidade dos sujeitos entre os setores; e por fim, pela “**intimidade do olhar**” dos pesquisadores que registravam a partir do segundo dia de observação, as repetições encontradas por turno. Esta intimidade foi garantida a partir da articulação de três critérios para a composição das equipes: a) conhecimento prévio do território, ou seja, o pesquisador possuía uma experiência de vida naquele setor (por exemplo: habitava, trabalhava ou circulava naquela área); b) experiência existencial de rua, ou seja, o pesquisador era um ex-morador de rua ou baleiro; c) experiência prévia de trabalho com esta população (por exemplo: educadores de rua, lideranças do Movimento de Pop Rua, etc.). A partir dessas estratégias **estimou-se que existem entre 14.513 e 17.357 pessoas em situação de rua na cidade de Salvador.**

03. A partir do número máximo estimado (17.357) de pessoas em situação de rua foi utilizada a estratégia de **amostragem estratificada**³, tendo por base as variáveis idade, gênero, raça e situação de rua observada. A **amostra foi composta por 1.447 pessoas**, que foram **identificadas nas ruas de Salvador**, a partir dos indicadores de observação estabelecidos e validados ecologicamente na pesquisa anterior (como exemplo: local de observação, vestimentas, aspectos físicos, acessórios incorporados a experiência de vida das pessoas em situação de rua – carrinhos de supermercado, baldes de 18l, sacolas – assim como as atividades realizadas/modos de apropriação do espaço urbano). Além disso, as pessoas foram convidadas a participarem do estudo, através da **técnica Snowball**⁴ ou “**Bola de Neve**”, que consiste em identificar possíveis participantes a partir da indicação de participantes já entrevistados. Nesse sentido, **processo de captação da amostra** foi iniciado por meio dos contatos das pessoas em situação de rua que fazem parte do **Movimento Nacional da População de Rua** na cidade de Salvador; das crianças, adolescentes e famílias que são atendidas pelo **Projeto Axé**; e de **pessoas atendidas em diversas instituições da cidade de Salvador**

³ Semiz, B. B. (2016). Comparison of Stratified Sampling and Quota Sampling in Terms of Population Mean. *Proceedings of The Multidisciplinary Academic Conference*, 97-103.

⁴ Biernacki, P. & Waldorf, D. (1981). Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. *Sociological Methods & Research*, v. 2, November. 141-163.

voltadas para este público, sendo essas: Centro-POP (unidades Vasco da Gama, Itapuã e Pau da Lima), além das Unidades de Acolhimento Institucional – UAI (unidades San Martin, Itapuã, Amaralina, Vasco da Gama e Pau da Lima) e também UAIs terceirizadas: ASPEC (unidades Ribeira e Pituaçu) e ADRA (unidades Garcia e Barbalho) – todas geridas pela Prefeitura de Salvador, através da Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza – SEMPS; Ponto de Cidadania; Corra Pro Abraço; Força Feminina; Consultório na Rua; Ação Social Arquidiocesana – ASA (Comunidade da Trindade; Levanta-te e Anda e Jornal Aurora da Rua); Cristolândia; Comunidade Marta e Maria; Centro Cultural Que Ladeira é Essa?; e pontos de distribuição de sopas e outros alimentos em ruas, praças, terminais e igrejas nos diversos pontos da cidade, as denominadas “bocas de rango” em Nazaré, Comércio, Largo dos Mares, Aquidabã, dentre outros. Ressalta-se ainda que a escolha do *snowball* para o recrutamento teve como objetivo garantir a adesão e transparência dos participantes ao processo de pesquisa. Isto é, facilitar a participação voluntária e interessada bem como uma maior liberdade dos mesmos no compartilhamento de informações sobre suas vidas e experiências nas ruas. O período de realização das entrevistas foi entre maio e junho de 2017.

04. A equipe de pesquisa foi composta de 50 pessoas, sendo estas: 14 estudantes de graduação e uma professora da Universidade Federal da Bahia; 13 membros indicados pelo Movimento Nacional da População de Rua; 14 educadores e técnicos do Projeto Axé; um ativista da área social; e sete representantes da União dos Baleiros. A equipe de pesquisa passou por um **processo de formação teórico-metodológica**, que incluiu aspectos como: conceituação e caracterização da população em situação de rua; procedimentos éticos de coleta de dados; treinamento para aplicação do instrumento; além de discussões sobre comportamentos e atitudes que facilitam a aproximação e a adesão dos participantes a aplicação do questionário. O instrumento de pesquisa foi construído coletivamente, envolvendo ações de mobilização dos(as) interessados(as) no tema, desde o próprio “povo da rua” até as instituições e especialistas de diversas áreas

do conhecimento. Além disso, foram consultados os instrumentos/fichas institucionais (Defensoria Pública, Movimento da População de Rua, Projeto Axé, etc.) utilizados no atendimento dessa população. Este trabalho coletivo resultou num questionário fechado composto por 80 questões que buscaram responder indagações que abarcam variadas dimensões da vida em situação de rua.

05. A utilização do processo de amostragem por cotas permite inferir que **os resultados obtidos na amostra (1.447 participantes entrevistados) refletem o comportamento da população em situação de rua como um todo** na Cidade do Salvador. Além de representar estatisticamente o universo da população em situação de rua, o tamanho da amostra é suficientemente robusta para caracterizar a diversidade dos modos de produção de vida e apropriação das ruas por esta população.

06. A população em situação é formada majoritariamente por Homens (82,6%), seguidos por Mulheres (15,9%) e *Queer*⁵ (1,5%) – incluem pessoas intersexuais e homens e mulheres transexuais. Esta massiva presença de homens na composição da população em situação de rua, por um lado, corresponde a uma tendência geral no que diz respeito ao privilégio de gênero que determina o espaço público da rua como espaço destinado ao masculino. Por outro lado, isto indica que no caso desta população o privilégio do masculino com relação ao gozo do espaço público determina para os mesmos uma situação desvantagem social já que rua enquanto privilégio do masculino se transforma em um destino muitas vezes cruel para os homens. A presença massiva de homens em situação de rua, em geral, invisibiliza as experiências de mulheres e *queers*, assim como as violações de direitos sofridas por estes. A identificação da categoria *queer* é importante na medida em que se trata da **primeira pesquisa que adota uma conceituação não binária na identificação de gênero com a população em situação de rua**. Um aspecto que trata da violação de direitos nas ruas tem a ver com a atividade de prostituição.

⁵ Esta é uma palavra de língua inglesa usada para abarcar pessoas que não seguem o padrão da heterossexualidade e/ou do binarismo de gênero (feminino e masculino), a exemplo das travestis. O termo é usado para representar lésbicas, gays, bissexuais e também pessoas transgênero e/ou transexuais.

83,3% dos participantes *queers* afirmam que nos últimos seis meses teve relações sexuais em troca de dinheiro e/ou bens materiais. Em relação às mulheres e homens tem-se 12,17% e 7,6% respectivamente na mesma situação. Cabe destacar que na fase de mapeamento e contagem, não foram identificados homens em situação de prostituição, demonstrando uma invisibilidade da situação de prostituição masculina.

07. No estudo de mapeamento e contagem, através do método observacional, foi possível identificar que 59,3% da população em situação de rua foi considerada negra, 29,6% parda e 4,3% branca pelos pesquisadores, além de 6,8% as quais não foi possível observar a cor da pele. Na atual fase da pesquisa, adotou-se o critério de **autodeclaração racial**. Os dados mostram que houve diferenças entre a estimativa inicial e a autodeclaração. Dessa forma, 58,2% se autodeclararam como negros/pretos, 34,6% pardos, 5,5% brancos, 0,8% amarelos e 1,0% indígenas. Pode-se afirmar, que no processo de autodeclaração há uma tendência de embranquecimento da amostra. Em caráter anedótico, alguns dos participantes justificaram sua autodeclaração com relação a cor parda dizendo que esta era a cor que constava em suas certidões de nascimento. Esse dado corrobora, estudos que falam do processo de embranquecimento do povo brasileiro⁶. Além disso, cabe destacar que as pessoas em situação de rua (assim como a população em geral) no Brasil são tratadas de forma diferenciadas em relação à cor da pele⁷ como forma de expressão do racismo.

08. Em **termos de segmentos geracionais**, a amostra foi composta de 3,2% crianças de 7 a 11 anos, 7,5% adolescentes de 12 a 17 anos, 15% jovens de 18 a 25 anos, 67,9% adultos com idades entre 26 e 59 anos, 6,5% idosos acima de 60 anos. A composição da ocupação da rua em termos geracionais é importante para a compreensão da dinâmica de funcionamento do seu contexto e suas formas de relação. Ao olhar a distribuição por faixas etárias percebemos um acréscimo

⁶ Schwarcz, L. M. (2012). *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira* – 1ª ed. – São Paulo : Claro Enigma.

⁷ Schwarcz, L. M. (2012). Do preto, do branco e do amarelo: sobre o mito nacional de um Brasil (bem) mestiçado. *Cienc. Cult.* 64(1): 48-55.

numérico significativo a partir dos 12 anos, pois os adolescentes são duas vezes mais que as crianças, bem como os jovens entre 18 e 25 anos são duas vezes o número de adolescentes. Isto parece indicar, como observado na prática cotidiana do Projeto Axé, que a partir da idade de 12 anos há um aumento do risco de ida para rua, e que este risco se torna ainda maior a partir dos 18 anos. Juntos **crianças, adolescentes e jovens perfazem 25,7% da amostra** o que equivale a mais de um quarto da população total em situação de rua. No entanto, quando consideramos as **idades de chegada à rua**, têm-se que 64,2% da população iniciou sua trajetória de rua entre zero e 25 anos, distribuídos da seguinte forma: 17,6 % entra em situação de rua entre zero e 11 anos de idade, 25% entre 12 e 17 anos; e 21,6% entre 18 e 25 anos. Em contraste, 31% da população chega às ruas com idades entre 26 e 59 anos, e apenas 0,8% com de idade a partir de 60 anos. Tem-se, ainda, 3,9% da amostra que não se lembrava da idade de ida para rua. Este dado ilustra de forma contundente que são os adolescentes e jovens adultos que correm maior risco de ida para as ruas. Isto se torna ainda mais evidente quando se observa o **tempo de experiência de rua** e verifica-se que 77,6% da população estimada está em situação de rua há pelo menos um ano, distribuídos da seguinte forma: de um a três anos incompletos 13,8%, de três a cinco anos incompletos 12,9%, e 50,9% com mais de 5 anos. **A unificação dos segmentos de crianças e adolescentes com os jovens, adultos e idosos é uma decisão política de dar visibilidade a forma como a rua se configura e ao mesmo tempo unificar as lutas em defesa de direitos da população em situação de rua, configurando-se assim como um importante avanço em termos de pesquisas com essa população.**

09. A mobilidade da população em situação de rua é altamente referida nos estudos com esse grupo e, por isso, entender as direções e processos migratórios se tornam cruciais na construção de políticas de atenção. **91,0% da amostra nasceu no estado da Bahia, sendo que 69,9% são provenientes de Salvador**, 1,7% região metropolitana e 19,5% de cidades do interior do estado. Apenas 8,8% migraram de outros estados e 0,2% de outros países. Dessa forma, isso confirma

estudos nacionais sobre os processos migratórios que informam que o Nordeste continua como um ponto de geração de imigrantes para as regiões Sul e Sudeste relacionados, principalmente, com os elevados índices de desigualdades regionais.⁸

10. Possuir documentos de identificação é fundamental para a visibilidade da população em situação de rua e para garantir o acesso a muitas políticas públicas. Foram investigados dois aspectos em relação à documentação: quais documentos os participantes possuíam e se estavam em posse dos mesmos. Obteve-se como resposta que 83,2% possui certidão de nascimento/casamento; 77,7% carteira de identidade (RG); 69,2% Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); 53,9% título eleitoral; 53,4% carteira de trabalho; e 64,3% cartão do Sistema Único de Saúde (SUS). Destaca-se que 9,8% da amostra não possui nenhum documento listado, o que os coloca em uma condição extrema de invisibilidade social. Daqueles que possuem pelo menos um documento de identificação, 22,0% não tem nenhum dos documentos em posse. 36,0% possui todos os documentos listados, mas apenas 21,0% estão em posse destes documentos. Para o cálculo do total de documentos, excluiu-se o Certificado de Reservista (23,8%, N = 1.074), pois não se aplica a todos os participantes. Entre os que possuem documentos 67,4% guardam consigo, 14,8% com amigos e familiares, seguido de 10,0% que guardam seus documentos em alguma instituição.

11. Do total de participantes, 42,4% afirmaram **morar** com algum familiar (considerando família nuclear ou extensa), 41,9% moram sozinhos, 15,5% em grupo e 0,2% afirmaram morar com vizinhos. A existência de mais pessoas que estão sozinhas nas ruas, em comparação com os que moram em grupo, indica uma mudança na configuração das pessoas em situação de rua. Se anteriormente, estar em grupo era uma característica importante dessa população, hoje parece não ser mais. De fato, os atos de violência cometidas contra os grupos, a repressão policial e vigilância social parecem ter sido um fator decisivo nessa escolha. A própria

⁸ Matos, R., & Baeninger, R. (2017). Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente. *Cadernos do LESTE*, 1. p. 342-385.

configuração do espaço público auxilia na compreensão da mudança da ocupação grupal para individual. A maior parte das praças em Salvador hoje se encontra cercada com grades que impedem o trânsito, assim como o cultivo de cactos e palmas embaixo de viadutos. Trata-se do processo de transformação do espaço público em um espaço inóspito para a população em situação de rua.

12. Dos participantes entrevistados, 40,2% não tem **filhos**, 36,3% têm de um a dois filhos, 14,2% têm de três a quatro filhos e 9,2% têm cinco filhos ou mais. Observou-se que a existência de filhos é mais frequente entre as mulheres (74,4%) do que entre os homens (57,9%). Dos participantes que possuem filhos menores de 18 anos (44,0%), 58,0% não têm a guarda. Dentre os homens nessa condição, 62,6% não possuem a guarda, enquanto que entre as mulheres, esse número cai para 38,2%. Tais dados confirmam que a atribuição de guarda para as mães é uma realidade que se repete mesmo na situação de rua. Apenas dois participantes *queers* afirmaram ter filhos, mas nenhum deles possuía a guarda dos mesmos.

13. Além de considerar as configurações familiares, foi investigado a **frequência do contato com a família de origem**. Observou-se que 45,2% possuem vínculos familiares mantidos (mantém contato todos os dias/sempre ou toda semana/frequentemente), 33,5% vínculos fragilizados (mantém contato pelo menos uma vez por mês/às vezes ou uma vez por ano/raramente) e 21,3% possuem vínculos rompidos (não mantém contato com a família/nunca).

14. Com vistas a investigar a **suspeição de Transtornos Mentais Comuns (TMC)**, foi utilizada uma escala de avaliação de sintomas (SRQ-20) que já havia sido anteriormente utilizada com a população em situação de rua⁹. O SRQ-20 é um instrumento desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e utilizado para suspeição diagnóstica de TMC. Esses transtornos caracterizam-se por sintomas não psicóticos, tais como: queixas somáticas inespecíficas, irritabilidade,

⁹ Botti, N. C. L., Castro, C. G., Silva, A. K., Silva, M. F., Oliveira, L. C., Oliveira, A. C. H., & Fonseca, L. L. K. (2010). Avaliação da ocorrência de transtornos mentais comuns entre a população de rua de Belo Horizonte. *Barbarói*, (33), p. 178-193.

insônia, nervosismo, dores de cabeça, fadiga, esquecimento, falta de concentração. O ponto de corte definido para classificação de TMC foi de oito ou mais respostas positivas¹⁰. O rastreamento para TMC detectou uma prevalência de 43,3%, uma taxa considerada bastante elevada. Os sintomas foram agrupados em quatro categorias: humor depressivo/ansioso, sintomas somáticos, decréscimo de energia vital e pensamentos depressivos.

Tabela 1.

Prevalência do TMC e categorias de sintomas psíquicos de acordo com o SRQ-20

Sintomas	Itens do SRQ-20	Afirmativas %
Humor Depressivo/ Ansioso	Sente-se nervoso, tenso ou preocupado?	71,4
	Assusta-se com facilidade?	39
	Sente-se triste ultimamente?	62,7
	Você chora mais do que de costume?	33,3
Sintomas Somáticos	Tem dores de cabeça frequentemente?	38,6
	Você dorme mal?	46,3
	Você sente desconforto estomacal?	29,5
	Você tem má digestão?	23,2
	Você tem falta de apetite?	28
	Tem tremores nas mãos?	32,1
Decréscimo de Energia Vital	Você se cansa com facilidade?	40
	Tem dificuldade em tomar decisão?	42,9
	Tem dificuldades de ter satisfação em suas tarefas?	31,3
	O seu trabalho traz sofrimento?	29,2
	Sente-se cansado todo o tempo?	31,7
	Tem dificuldade de pensar claramente?	34,9
	Pensamentos Depressivos	Sente-se incapaz de desempenhar papel útil em sua vida?
Sente-se inútil em sua vida?		25,1
Tem perdido o interesse pelas coisas?		36,5
Tem pensado em dar fim à sua vida?		25,6

¹⁰ Mari, J.J. & Williams, P. (1986). A validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city of São Paulo. *The British Journal of Psychiatry*. Londres, v.148, n. 1, p. 23-26.

15. A presença de **sintomas físicos** foi avaliada a partir de uma escala composta por 15 itens. Apenas 9,7% da amostra não apresenta nenhum dos problemas de saúde listados. Considerando o total de problemas de saúde marcados, tem-se que 76,2% da amostra possuem de um a cinco problemas de saúde, e 13,0% têm entre seis e nove problemas de saúde, e 1,0% têm de 10 a 12 problemas de saúde. Os problemas de saúde e respectivas frequências são: dependência química (álcool e outras droga; 56,3%); problemas dentários (51,9%); dores no corpo (45,5%); fraturas (utiliza atadura, gesso, fixadores, etc.; 32,4%); doenças de pele (22,8%); doenças respiratórias (18,9%); doença mental (psiquiátrica, psicológica, depressão, “da cabeça”, etc.; 18,2%); doenças sexualmente transmissíveis – DST (Ex: vermelhidões, feridas, sífilis, gonorreia, etc.; 16,5%); hipertensão (11,7%); tuberculose (8,1%); deficiência física (8,1%); doença cardíaca (6,3); diabetes (4,7%) e HIV/AIDS (4,2%); e, hepatite B e/ou C (3,4).

16. Em relação às **peessoas com deficiência**, obteve-se: 10,4% de pessoas com deficiência visual; 8,9% com deficiência motora; 4,8% com deficiência mental/intelectual; e, 4,0% com deficiência auditiva. Apesar da maioria não ser de pessoas com deficiência (76,3%), considera-se que os casos existentes exigem uma atenção especial daqueles que atuam na defesa dos direitos dessa população, demonstrando mais uma vez a importância da ação intersetorial dos órgãos de assistência e defesa.

17. Quando investigado **o acesso a ações e serviços de saúde**, verifica-se que 1,9% da amostra jamais acessou nenhum serviço de saúde. As ações/serviços mais acessadas foram: atendimento médico/consultas (83,8%), vacinação (80,4%), exames laboratoriais (colesterol, açúcar, urina, fezes, etc.; 73,3%); emergência (70,2%); aferição da pressão arterial (68,3%); realização de curativos (67,8%); distribuição de preservativos (66,5%); e testagem de HIV/AIDS (52,9%). Com menos incidência de realização têm-se: distribuição de água (34,8%); teste de escarro (34,5%) e distribuição de lubrificantes (30,1%). Entre o grupo composto por mulheres e homens transexuais, o teste de gravidez foi realizado por 48,2%.

18. Em relação à **orientação sexual**, observa-se que 91,6% se considera heterossexual; 4,4% bissexual; 3,9% homossexual; e, 3,2% não informaram sua orientação sexual. Importante destacar que a orientação sexual indicada pelo participante independe das práticas sexuais relatadas. Isso fica evidente quando 14,2% afirmam já ter transado com homens e mulheres, mas apenas 4,4% destes se consideram bissexuais. 10,6% dos heterossexuais relataram ter prática sexual com pessoas de ambos os sexos e 1,0% com pessoas do mesmo sexo.

19. No que se refere à **vida sexual dos participantes**, verificou-se que 94,8% afirmam já ter transado alguma vez na vida, sendo que 10,5% disseram ter iniciado a vida sexual antes dos 12 anos completos. 62,9% afirmaram ter tido a primeira relação sexual na adolescência, sendo que a idade com qual o maior número de pessoas teve a primeira relação sexual foi 14 anos (15,6%). 10,3% dos participantes iniciaram a vida sexual dos 18 aos 25 anos e apenas 1,1% disseram ter iniciado com mais de 26 anos. 10,1% dos participantes afirmaram ainda não saberem ou não se lembrarem da idade que tinham quando transaram pela primeira vez.

20. Com vistas a compreender a **quantidade de parceiros e a estabilidade do vínculo (parceiros casuais ou fixos)**, foi questionado aos participantes o número de parceiros que tiveram nos últimos seis meses. Os dados mostram que 83,0% tiveram relações sexuais, sendo que 28,2% disseram ter transado com um(a) parceiro(a) sexual; 25,6% tiveram entre dois e cinco parceiros; 8,2% relatam que transaram com seis a dez; e, 7,0% 11 ou mais parceiros(as) sexuais. 8,9% dos participantes afirmaram não saberem ou não se lembrarem do número de parceiros(as) nos últimos seis meses. Quando analisado a estabilidade do vínculo, 32,0% afirmaram ter transado com parceiros(as) casuais, seguidos por 31,6% parceiros fixos e 14,2% com ambos (parceiros fixos e casuais). Dentre os que tiveram mais de seis parceiros(as) sexuais (15,2%), verifica-se que 22,0% tiveram relações sexuais em troca de dinheiro e/ou bens materiais. Ainda sobre a prática

sexual e os comportamentos de sexo seguro, foi possível verificar que apenas 48,5% dos participantes afirmaram ter ele(a) mesmo(a) e/ou o(a) parceiro(a) usado camisinha na última vez que transaram.

21. Um aspecto analisado, refere-se ao uso de substâncias psicoativas (SPAs) na vida, no último ano e no último mês. Foram investigadas as seguintes SPAs: álcool, tabaco, maconha, solvente, crack, pitilho/melê e cocaína. Os dados estão apresentados na Tabela 2. Pode-se verificar que as SPAs mais usadas são álcool e tabaco (entre as lícitas) e maconha (ilícita). Esses dados corroboram os achados do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID)^{11 12 13}, no que se refere ao público infanto-juvenil. Destaca-se o elevado consumo de cocaína, que supera os valores de crack. Esse dado se opõe a outros levantamentos nacionais e precisa ser melhor analisado.

Tabela 2.

Uso de substâncias psicoativas (SPAs) na vida, no último ano e no último mês

SPAs	VIDA (%)	ANO (%)	MÊS (%)
Álcool	88,3	72,8	66,2
Tabaco	72,7	58,9	55,3
Maconha	60,5	44	40,4
Cocaína	45,4	27,6	21,2
Crack	36,2	25,2	21,9
Solvente	27,5	11,6	7,8
Pitilho/Melê	26,1	14,5	11,9

22. Foi avaliado também o total de SPAs utilizadas na vida, no último ano e no último mês. Obteve-se os seguintes resultados: **na vida**, 43,7% entre uma e três SPAs, 25,4% entre quatro e cinco, 24,4% entre seis e sete, sendo que 6,4% nunca usaram nenhuma das substâncias listadas; **no ano**, 51,8% entre uma e três SPAs,

¹¹ Noto, A. R., Nappo, S., Galduróz, J. C. F., Mattei, R., & Carlini, E. A. (1994). III levantamento sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua de cinco capitais brasileiras – 1993. CEBRID – Escola Paulista de Medicina.

¹² Noto, A. R., Nappo, S., Galduróz, J. C. F., Mattei, R., & Carlini, E. A. (1998). IV levantamento sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua de seis capitais brasileiras – 1997. CEBRID – Escola Paulista de Medicina.

¹³ Noto, A. R., Galduróz, J. C. F., Nappo, S. A., Fonseca, A. M., Carlini, C. M. A., Moura, Y. G., & Carlini, E. (2004). Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais Brasileiras. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, Universidade Federal de São Paulo.

20,7% entre quatro e cinco, 10% entre seis e sete, sendo que 17,4% não usaram nenhuma das substâncias listadas; **no último mês**, 54,1% entre uma e três SPAs, 17,6% entre quatro e cinco, 6,8% entre seis e sete, sendo que 21,5% não usaram nenhuma das substâncias listadas.

23. Ainda em relação às SPAs, foi investigado a questão da **fissura e os comportamentos de risco associados**. Tem-se que 65,6% dos participantes relatam já terem sentido uma vontade muito grande de usar SPAs, mas não tinham nem substância nem o dinheiro para comprá-la. Daqueles que sentiram fissura (28,0%, N = 405), 60% relatam ter tido de uma a quatro condutas que podem não oferecer risco aos mesmos como: trabalhar/fazer “corres” (34,3%), pedir dinheiro (24,3%), não fazer nada “ficar de boa” (12,3%), transar com camisinha (6,4%). Já 25,4% afirmaram ter tido entre um e cinco comportamentos considerados de risco, dentre estes: vender bens materiais (15,5%), roubar (12,8%), sair da casa da família (7,7%), transar sem camisinha (3,5%), evadir de alguma instituição (2,3%). Tem-se ainda 3,5% que afirmou ter feito sexo oral (boquete, chupeta) para conseguir a substância ou o dinheiro para comprá-la, contudo, apesar de tal conduta ser considerada de risco, não foi incluída nesta categoria, pois não foi investigado se houve uso ou não de preservativo. Estes dados vão de encontro ao imaginário social que afirma que a população em situação de rua usuárias de SPAs se coloca em risco e/ou comete atos violentos quando em momento de fissura.

24. Sobre o tema da **educação**, investigou-se, inicialmente, sobre a **capacidade de leitura e escrita dos participantes**. 84,9% sabem ler (não sendo avaliado a funcionalidade da leitura), sendo que 75,7% aprendeu na escola, 3,9% em casa, 2,7% na rua e 1,5% em alguma instituição (abrigo, albergues, projetos, etc.). 85,4% dos participantes sabem escrever, sendo que 77,4% aprendeu na escola, 3,3% em casa, 2,1% na rua, 1,5% em alguma instituição (abrigo, albergues, projetos, etc.). Cabe destacar que 6,4% não sabem assinar o próprio nome.

25. Sobre a **frequência na escola**, têm-se que 81,3% frequentou a escola, sendo que apenas 6,2% concluiu o ensino fundamental, 11,7% o ensino médio, 1,2% completaram o ensino superior. **7,1% dos participantes nunca frequentaram a escola** e 9,5% estão atualmente frequentando a escola. 2,1% havia interrompido os estudos, mas voltaram a estudar. Os níveis mais elevados de abandono escolar se concentram nos períodos de transição (ensino fundamental I para ensino fundamental II e Ensino Fundamental II para o Ensino Médio). 14,5% dos participantes abandonaram a escola no 6º ano (antiga 5ª série) e 6,5% abandonaram a escola no 9º ano (antiga 8ª série). Tem-se ainda 23,7% dos participantes que afirmaram ter feito algum curso/treinamento profissionalizante no último ano.

26. Em relação aos **motivos para interrupção da trajetória escolar**, observa-se que os seis motivos mais frequentes foram: precisou trabalhar (30,2%); porque quis/não tinha motivação (16,4%); não gostava e/ou ia mal na escola (11,8%); saiu de casa (8,9%); teve filhos (7,7%); mudou de local de moradia (cidade, bairro, etc.; 6,1%). Outros motivos menos frequentes foram: não tinha dinheiro para material, uniforme, passagem de ônibus, etc. (3,5%); foi expulso(a) (3,3%); problemas com drogas (3,2%); a escola era longe (2,0%); conflitos familiares (1,1%); não tinha vaga na escola (0,6%); morte dos pais ou de um deles (0,5%). Quando se analisa a questão do **abandono escolar em função de ter tido filhos**, observa-se claramente uma desigualdade de gênero uma vez que 18,6% (N = 225) das mulheres abandonaram a escola por esse motivo, enquanto que apenas 5,8% (N = 1.180) dos homens indicaram ter tido filhos como um dos motivos para ter abandonado a escola.

27. No que se refere a questões sobre **trabalho e renda**, foi perguntado sobre as **atividades de geração de renda realizadas nos últimos seis meses**, sendo elencadas 21 alternativas. Verificou-se que 97,5% dos entrevistados realizou pelo menos uma das atividades descritas, sendo que 53,5% realizou entre uma e três atividades de geração de renda nos últimos seis meses, 29,2% realizou entre

quatro e sete atividades, 13,3% realizou entre oito e 12 atividades e 2,1% realizou entre 13 e 17 atividades. Entre as atividades citadas, têm-se: fez “bicos” (60,4%); reciclou (43,6%); trabalhou com carga e descarga de materiais (31,3%); trabalhou como baleiro(a) (30,0%); vigiou carros/flanelinha (26,5%); mexeu em latas de lixo e/ou lixeiras procurando comida e/ou outras coisas (26,1%); pediu comida (25,7%); trabalhou como vendedor ambulante (cervejas, etc.) (25%); esmolou/pediu dinheiro na rua (24,9%); limpou para-brisas de carros (14,9%); trabalhou na sinaleira (malabarismo, vendeu coisas, distribuiu panfletos, etc.; 9,6%); teve relações sexuais em troca de dinheiro e/ou benefícios materiais (8,9%); frequenta o Projeto Axé (recebe bolsa; 7,3%); prestou serviços de forma ambulante (engraxate, amolador de alicates, etc.; 6,2%); vendeu rifas (5,1%); vendeu jornais nas ruas (5,0%); trabalhou como artista de rua (4,0%). No que se refere à realização de atividades ilícitas para obtenção de renda e bens materiais, observa-se que 9,4% entregou e/ou vendeu drogas; 9,2% furtou algo (ex.: de uma loja, vendedor ambulante ou casa) e 6,4% assaltou alguém.

28. Foi avaliado, ainda, o número de **dias da semana ocupados com atividades para geração de renda**, verificando-se que: 45,3% dos entrevistados ocupa sete dias da semana com estas atividades; 32,7% entre cinco e seis dias; 13,5% entre três e quatro dias; 6,2% entre um e dois dias. Tem-se ainda 36,3% dos entrevistados que despendem mais de oito **horas por dia em atividades de geração de renda**, seguidos de 35,0% que ocupa de cinco a oito horas, 15,8% de uma a quatro horas e 2,8% menos de uma hora. 7,7% não souberam estimar quantas horas se dedicam diariamente às atividades de geração de renda.

29. Os participantes que não recebem ou não participam de nenhum dos **benefícios sociais/programas governamentais** mencionados no instrumento somam 65,6%. Dos programas e benefícios têm-se: Bolsa Família (28,5%), aluguel social/auxílio moradia (7,7%), Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (2,5%); aposentadoria/pensão (0,8%); e, Agente Jovem/Jovem Aprendiz (0,1%). Foi investigado ainda a relação dos participantes com o “Programa Minha

Casa, Minha Vida”, sendo que 52,0% nunca se inscreveu, 26,0% está inscrito, 3,0% foi contemplado, 8,4% tentou se inscrever, mas não conseguiu.

30. Com relação à **situação de moradia em logradouros públicos (ruas, marquises, praças, viadutos e cemitérios)** 35,5% declarou viver nestes locais, enquanto as Unidades de Acolhimento Institucional abrigam apenas 10,3% da população estimada. Quanto à habitação em áreas invadidas/ocupadas e/ou degradadas (acampamentos, ocupações, galpões/prédios abandonados e invasões) 4,4% declarou viver nesta situação. Aqueles que moram em casas/apartamentos/quartos alugada(o)s perfazem um total de 22,3%, já os que afirmaram morar em casa própria somam 21,4% e em casa cedida 6,9%. Dos participantes que afirmam ter casa própria, 36,9% apontam como desejo e expectativa conseguir uma casa própria. Este dado que, à primeira vista, poderia parecer contraditório ratifica estudo anterior¹⁴ que discute as nuances do conceito de “casa própria”, que tem influência dos padrões da classe média. Para as classes populares ter uma “casa própria” significaria, antes de tudo, a posse física da “casa” não importando, necessariamente, se a mesma confere requisitos básicos legais, de salubridade e de segurança. Isso auxilia na compreensão dessa disparidade e como afirma um participante da pesquisa “a casa é própria, mas não é minha” (sic).

31. Quanto às **características da área em que vivem** 21,5% consideram viver em áreas de risco, 17,1% afirmaram morar em áreas de difícil acesso. Ainda quanto a situação de moradia buscou-se identificar os **bens básicos aos quais a população estudada tem acesso**. Dos sete bens básicos mencionados no instrumento 45,7% da população não tem acesso a nenhum deles, enquanto 36,9% afirmou ter acesso a todos. Os bens básicos de acesso são distribuídos da seguinte forma: água encanada (51,1%), saneamento básico (45,7%), banheiro (51,6%), acesso a transporte público (46,3%) energia elétrica (51,3%), coleta de lixo (43,7%), iluminação pública (47,7%). Apesar de não ter sido investigadas as

¹⁴ Moreira, M. R. (2000). Nem soldados nem inocentes: Jovens e tráfico de drogas no município do Rio de Janeiro. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Ministério da Saúde.

condições de acesso aos bens básicos, houve relatos de participantes que afirmaram ter acesso a bens como água encanada e energia elétrica através de ligações ilegais popularmente chamadas de “gatos”. Cabe destacar que para muitas dessas pessoas essa via acaba sendo a única alternativa possível para ter acesso a esses bens considerando as improvisações de moradia feitas em ambientes insalubres, degradados e de risco, dentre outros.

32. Uma dimensão importante da caracterização da população em situação de rua são as formas de conexões que se estabelecem entre essas pessoas e o contexto da rua. Nesse sentido foram analisados os **motivos de ida para a rua, horas diárias passadas neste contexto, assim como a frequência com que dorme na rua**. Em relação aos **motivos de ida para a rua** têm-se que: 44,5% foi procurar sustento para si mesmo; 29,4% foi para a rua em função de conflitos familiares (pai, mãe, madrasta, padrasto, etc.); 28,0% foi procurar sustento para família; 25,3% afirma ter ido para a rua para procurar diversão/liberdade; 19,9% teve problemas com drogas; 13,5% perdeu o emprego/ficou desempregado; 9,9% apanhava em casa; 8,0% foi para o contexto da rua em razão da morte dos pais ou de um deles; 7,5% se separou da(o) companheira(o) e saiu de casa; 6,5% estava em situação de rua para acompanhar familiares; 6,2% envolveu-se em conflitos com o tráfico de drogas; 5,7% saiu de casa para acompanhar outras pessoas; 4,9% perdeu a casa/ficou desabrigado; 4,2% justifica a ida para a rua por uma tentativa de internação institucional; 4,1% saiu para a rua em função de brigas com vizinhos(as)/conflitos no bairro; 3,7% afirmam que a saída se justifica pelo fato de que os pais (ou madrasta/padrasto) bebiam e/ou usavam drogas; 2,8% informa ter ido para a rua por causa da opção/orientação sexual e/ou identidade de gênero; 2,4% iniciou a trajetória de rua em função da morte do(a) companheiro(a); 1,5% afirma que a saída para a rua deve-se ao fato de ter sido vítima de abuso sexual; 1,5% são egressos do sistema prisional; 0,8% porque ficou grávida e 0,8% por causa da cor/raça.

33. O tempo de permanência diária no contexto da rua é elevado. 67,9% dos participantes ficam mais de oito horas por dia na rua, seguidos de 17,9% que passam de seis a oito horas, 10,7% de três a cinco horas e 3,5% de uma a duas horas. Dos entrevistados, **83,6% afirmou já ter dormido na rua em algum momento da vida.** Quando avaliado a **frequência com que os participantes dormiram na rua no último mês**, observa-se que 37,4% apresentam alta frequência (dormiram 20 dias ou mais); 13,9% apresentam baixa frequência (dormiram entre um e oito dias no último mês); e, 4,0% possuem média frequência (dormiram entre nove e dezenove dias).

34. Quanto a ter tido acesso, pelo menos uma vez na vida, às instituições que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), 13,9% nunca acessou nenhum dos serviços/instituições mencionados no instrumento. Os outros 86,1% que acessaram as instituições estão distribuídos em termos de frequência da seguinte forma: restaurante popular (69,6%); serviços abertos/projetos (Corra Pro Abraço, Ponto de Cidadania, Projeto Axé, Consultório na Rua, Levanta-te e Anda, Comunidade da Trindade, Movimento Nacional da População de Rua, etc., 52,9%), Defensoria Pública (44,8%), albergues (34,7%), Centro POP – Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (33,3%), Conselho Tutelar (30,0%), Ministério Público (27,6%), Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (25,8%), Unidade de Acolhimento Institucional – UAI (16,4%), Centro de Atenção Psicossocial a usuários de Álcool e outras drogas – CAPS-AD (16,7%), Centro de Atenção Psicossocial - CAPS (11,2%), Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS (11,0%), União dos Baleiros (7,1%), Movimento Sem-Teto de Salvador (5,3%), e Comunidade Terapêutica (0,1%).

35. A Tabela 3 compara a percepção da população estudada em relação aos principais órgãos do SGD e ligados ao Sistema de Justiça e da Assistência Social quanto ao conhecimento da existência, da função e do acesso.

Tabela 3.

Conhecimento e acesso da população em situação de rua sobre o Sistema de Garantia de Direitos (SGD)

SGD	Conhece/ouviu falar (%)	Sabe para que serve (%)	Já acessou (%)
Conselho Tutelar	91,0	74,9	30,0
Defensoria Pública	85,6	72,8	44,8
Ministério Público	84,1	62,7	27,6
CRAS	62,1	45,8	25,8
CENTRO POP	60,3	52,3	37,4
CREAS	38,8	25,0	11,0

O percentual de **participantes que já acessaram os órgãos SGD citados na Tabela 3, e que afirmaram ter tido seu problema resolvido** são distribuídos da seguinte forma: Defensoria Pública (36,5%), Centro-POP (31,0%), Conselho Tutelar (24,0%), Ministério Público (21,9%), CRAS (21,0%), e CREAS (9,3%). Questionou-se, ainda, o conhecimento dos participantes sobre o Movimento Nacional da População de Rua, uma vez que este é o espaço político para a defesa desta população. Verificou-se que 50,9% dos participantes conhece/já ouviu falar, 39,8% sabe para que serve, 18,8% já acessou o movimento e 15,4% teve o seu problema resolvido através da instituição.

36. Analisou-se também o **conhecimento sobre as políticas que versam sobre as garantias de direitos da população investigada**, nomeadamente o Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA) e a Política Nacional para População em Situação de Rua. Verificou-se que em relação ao ECA 72,2% e 56,8% conhece/já ouviu falar e sabe para que serve, respectivamente. Já a Política Nacional para a População em Situação de Rua, é conhecida por apenas 33,7%, e 24,1% sabe para que serve.

37. Foram investigados os **motivos que levaram 1.246 participantes (86,1% da amostra) a acessar os serviços/instituições que compõem a SGD**. Estes foram: suprir necessidades básicas (comer, dormir, tomar banho, etc.) (78,4%); retirada de documentos (22,0%); atividades arteducativas/socioeducativas (19,1%); buscar moradia (18,4%); buscar atendimento de saúde (16,2%); atendimento Psicossocial

(16,1%); parar e/ou reduzir o uso de drogas/ substâncias(13,2%); formação profissional (10,7%); buscar trabalho (9,8%); procurar educadores/técnicos/pessoas de referência das instituições (7,5%); procurar amigos (6,2%); encaminhamento via Conselho Tutelar/ Juizado da Infância e Adolescência (2,6%); procurar familiares (2,4%); cumprir medida socioeducativa (0,1%).

38. As instituições da SGD podem em algum momento funcionar como espaços de violação de direitos, ao negar/impedir o acesso da população.

Esta experiência foi vivenciada por 28,0% (N = 399) dos participantes do estudo. As instituições/serviços citadas foram: 16,3% Unidade de Saúde (hospitais, postos de saúde, CAPS, etc.); 6,5% Delegacia; 3,7% Centro POP; 2,8% Escola; 2,5% Defensoria Pública; 2,2% Restaurante Popular; 2,2% Abrigo/albergue; 2,0% Centro Social Urbano; 1,1% Casa de Passagem; 1,5% CRAS; 1,5% Unidade de Acolhimento Institucional; 1,3% Ministério Público; 0,8% Movimento Nacional da População de Rua; 0,7% CREAS; 0,7% Ponto de Cidadania; 0,7% Conselho Tutelar; 0,5% Consultório na Rua; e, 0,2% Corra pro Abraço.

39. Os 1.246 (86,1% da amostra) participantes que frequentaram/acessaram instituições/ serviços foram questionados sobre as violências sofridas nesses contextos. Os resultados apontam que 49,3% (N = 707) dos participantes sofreram pelo menos uma das violências descritas. As violências descritas são: receber alimentação de má qualidade (13,4%); ser agredido(a) verbalmente (12,6%); ser barrado(a) por falta de documento (12,4%); sofrer preconceito por parte dos(as) funcionários(as) (11,1%); ser barrado(a) por estar descalço e/ou usando roupas rasgadas e/ou sujas (8,1%); ser agredido(a) fisicamente (6,6%); ser ameaçado(a) de morte (6,1%); ser privado(a) de direitos básicos (higiene pessoal, alimentação, etc.) como forma de punição (5,8%); e, ser agredido(a)/violentado(a) sexualmente (0,6%).

40. Além das violações de direitos sofridas, buscou-se compreender quem ou quais instituições compõe a rede de apoio social dos participantes, e por isso

foi questionado quem são aqueles que os participantes buscam quando têm seus direitos violados. A principal instituição citada foi a Defensoria Pública (37,1%). Em seguida, os participantes relatam recorrer à família/parentes (24,4%), aos serviços abertos/projetos, como Corra Pro Abraço, Ponto de Cidadania, Consultório na Rua, Levanta-te e Anda, Comunidade da Trindade, etc. (13,8%); aos amigos (13,4%); ao Projeto Axé (11,0%); ao promotor de Justiça (9,9%); ao Movimento Nacional da População de Rua (8,5%); aos educadores de rua (7,2%); à delegacia (7,2%); ao Conselho tutelar (4,2%); aos policiais (3,5%); à União dos Baleiros (3,0%); ao Movimento Sem-teto de Salvador (2,3%); e, à Vara da Infância e da Juventude (1,9%).

41. Foram investigadas, também, as **violências sofridas no contexto da rua**. 85,5% dos participantes (N = 1.237) afirmam ter sofrido pelo menos uma das dez formas de violência investigadas. Foram citadas as seguintes formas de violência: ser agredido verbalmente (66,7%); ser agredido fisicamente (52,8%); sofrer algum tipo de preconceito por estar sujo, trajando roupas rasgadas e/ou sujas (48,0%); ser ameaçado(a) de morte (45,2%); sofrer algum tipo de preconceito por causa da cor da sua pele (31,6%); ser agredido por pessoas que passavam na rua enquanto dormia/trabalhava (28,1%); ser agredido/violentado sexualmente (6,7%); sofrer algum tipo de preconceito por ter alguma deficiência (5,7%); e, sofrer algum tipo de preconceito por ser gay, lésbica, travesti, transexual, etc. (4,7%). Um aspecto a ser relatado em termos de violência é o fato de 57% das pessoas entrevistadas já ter passado fome enquanto estava em situação de rua. A elevada incidência de violência na rua deve ser considerada na formulação de políticas em defesa dos direitos dessa população, uma vez que não se constitui como episódios isolados. 49,7% dos participantes sofreram entre uma e quatro violências na rua e 34,8% sofreram entre cinco e oito violências na rua, o que demonstra a multiplicidade de formas que esta assume no contexto da rua.

42. Os principais **autores das violências sofridas nas ruas pela população pesquisada** são: outras pessoas em situação de rua (47,2%); os policiais militares

(45,3%); outros transeuntes (41,2%); a guarda municipal (20,6%); os policiais civis (19,0%); outros agentes públicos (9,0%); e, clientes (8,8%).

43. Uma questão importante em relação à interface entre **sofrer violência do(a) companheiro(a) amoroso(a) e o gênero**. Para esta análise foram considerados apenas os participantes a partir dos 12 anos de idade. Em relação à amostra total considerada (N = 1.401), observa-se que 43,1% afirma já ter sofrido este tipo de violência, sendo que 66,2% (N = 219) das mulheres já passaram por isso, 80% (N = 20) dos *queers* e 39,8% (N = 1.145) dos homens.

44. Sobre já ter tido **problemas com a polícia (ser detido e/ou levado pela polícia)** 45,6% afirmaram positivamente, sendo que 28,8% dos participantes responde/respondeu pelo menos um **processo na justiça**. Em relação aos processos, verifica-se que os mais citados são: furto e/ou roubo (13,3%); tráfico de drogas ou associação com o tráfico (6,8%); agressão (6,0%); uso de drogas (5,8%); homicídio (4,0%); porte de arma (3,9%); tentativa de homicídio (2,9%); violência doméstica (1,8%); latrocínio (0,8%); e, pensão alimentícia (0,4%).

45. Os participantes foram perguntados sobre **projetos de vida no que se refere a questões sobre trabalho, moradia, educação, relações familiares, etc.** Ter uma casa própria (73,9%) figura o principal anseio da população em situação de rua, seguido por: conseguir um emprego com carteira assinada (66,9%); fazer um curso profissionalizante (61,7%); abrir um negócio pessoal (59,2%); melhorar a relação com a família (54,9%); ter alguma renda (52,2%); voltar estudar/Estudar (51,3%); conseguir lugar para morar (50,1%); ter acesso ao Bolsa Família e/ou outros benefícios (48,0%); praticar esportes (46,5%); constituir uma família (46,2%); conseguir usar menos drogas e/ou parar de usar (46,2%); tirar a documentação (43,0%); resolver problemas de saúde (41,7%); e, resolver problemas com a justiça (19,3%). Cabe ressaltar que apenas 2,3% dos participantes afirmaram não ter nenhum projeto, dentre as opções mencionadas no instrumento.

46. Ao realizar a **comparação, através de regressão logística¹⁵, entre os participantes que trabalharam como baleiros nos últimos seis meses com os demais participantes da pesquisa**, obteve-se que os baleiros têm menor risco: de ter vínculos familiares rompidos; de ter problemas de saúde e de dormir na rua no último mês. Não se observou diferenças entre os dois grupos no que se refere ao risco de sofrer violência na rua, na instituição e ao total de drogas utilizados na vida.

47. Outra **comparação realizada através da regressão logística foi feita em relação à frequência com que dormiu na rua no último mês e de quem não dormiu**, com as seguintes variáveis: vínculos familiares e total de problemas de saúde na vida. Pôde-se verificar que independente da frequência com que dormiu na rua (baixa frequência - de uma a oito noites; média frequência - de nove a 19 noites; e alta frequência - 20 noites ou mais), os participantes têm mais risco de ter vínculos familiares rompidos e mais problemas de saúde do que aqueles que não dormiram na rua no último mês. Além disso, há um aumento de risco quanto mais elevada a frequência de dormir na rua.

48. O conjunto de resultados apresentados neste sumário executivo possibilita **operacionalizar o termo heterogeneidade** presente na conceituação de população em situação de rua, tal como descrito na Política Nacional para População em Situação de Rua. Foi possível perceber quem são as pessoas, cuja vinculação com a rua ultrapassa a passagem/travessia por esse contexto. A rua para os participantes deste estudo representa um **contexto significativo de desenvolvimento**, onde realizam atividades diversas como suprimento de necessidades básicas, trabalho, a vivência do lazer e a sexualidade. A situação de rua é a característica que une os participantes deste estudo, sendo que evidenciamos a necessidade de superarmos dicotomias simplistas que buscam classificar esta população (por exemplo: dorme ou não dorme na rua; ter ou não ter um local (independentemente de suas condições) de moradia, entre outras).

¹⁵ O nível de significância considerado para a regressão logística foi de 0,05.

Defende-se que as experiências vivenciadas nas ruas pertencem mais a um *continuum* do que a pólos opostos. **Cada resultado desse sumário evidencia aspectos da “situação de rua” que precisam ser considerados na formulação de políticas em defesa dos direitos dessa população.** Não se trata de categorizar pessoas, para encontrar um conjunto único de políticas e ações que atendam a todas as suas demandas, mas enfatizar a singularidade das trajetórias de vida, cujo contexto da rua propicia a vivência de um conjunto similar de violações de direitos. Atuar com esse segmento da população implica encontrar soluções particulares para histórias de vidas igualmente singulares, mas cujas condições de produção são pautadas em estruturas sociais desiguais.